



JUCESP PROTOCOLO
0.952.672/20-0

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE
INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO
HOSPITALAR LTDA.

CNPJ/ME Nº 49.520.521/0001-69
NIRE 35.201.787.996

Cotia, 03 de novembro de 2020.

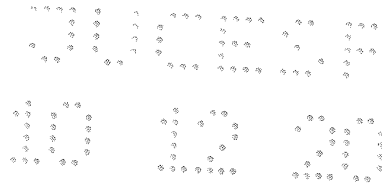
Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

1. **VYAIRE MEDICAL BR LLC.**, sociedade constituída e existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em The Corporation Trust Center, 1209, Orange Street, na Cidade de Wilmington, New Castle, Delaware 19801, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.262.302/0001-69 neste ato representada por sua procuradora **Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger**, brasileira, divorciada, portadora do RG No. 18437471-6 SSP/SP, CPF/ME No. 263.572.288-93, domiciliada na Rua Joaquim Floriano, 243, sala 72, Itaim Bibi, CEP 04534-010, São Paulo; e
2. **VYAIRE MEDICAL LLC.**, sociedade devidamente constituída e existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em The Corporation Trust Center, 1209, Orange Street, na Cidade de Wilmington, New Castle, Delaware 19801, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.262.303/0001-03, neste ato representada por sua procuradora **Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger**, já qualificada acima;

únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA.** ("Sociedade"), com sede na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, 980, Parque Industrial San Jose, CEP 06715-865, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 49.520.521/0001-69, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.201.787.996, em sessão de 31 de março de 1982, e última alteração do Contrato Social, datada de 31 de outubro de 2018, registrada perante a JUCESP sob o nº 35.464/19-7, em sessão de 18 de janeiro de 2019, têm entre si justo e contratado, de mútuo e comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade conforme segue:

- I. Tendo em vista a deliberação por escrito de todas as sócias através deste instrumento, fica dispensada a reunião nos termos do artigo 1.072, § 3º da Lei nº 10.406, datada de 10 de janeiro de 2002.
- II. Em razão do falecimento do procurador das sócias da Sociedade, o Sr. **George Pikielny**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2160786-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 004.756.538-15, residente e domiciliado na Rua Joaquim Floriano, 243, sala 72, Itaim Bibi, CEP 04534-010, São Paulo, decidem as sócias por expressamente atualizar o cadastro da Sociedade junto à JUCESP e Receita Federal do Brasil, de modo que a Sra. **Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger**, acima qualificada, passe a constar como a procuradora das sócias nos registros da Sociedade, autorizando os Diretores da Sociedade a tomar as medidas cabíveis.
- III. Ato seguinte, as sócias informam a destituição, ocorrida em 16/09/2020, do Sr. **Júlio Cesar Zambon**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG 7.990.605-9, SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 999.836.308-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Leporace, nº 1.204, apto. 41, Campo Belo, CEP 04619-033 do cargo de Diretor Industrial da Sociedade.





- IV. Dessa forma, em razão do mencionado acima, decidem as sócias por alterar a Cláusula 8ª do Contrato Social, para remover o administrador destituído, consolidando, portanto, a composição atualizada da administração da Sociedade:

"Cláusula 8ª" - A Sociedade será administrada por duas ou mais pessoas físicas, sócias ou não, residentes no Brasil, as quais usarão em conjunto o título de "Diretores". Os Diretores serão designados pelas sócias representando ao menos 3/4 (três quartos) do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas, e por unanimidade, se estiverem parcialmente integralizadas. Os Diretores estarão investidos de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias, sujeito ao disposto nos Parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º - A administração da Sociedade é composta pelos: (i) Sr. **CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA MISIARA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG 8.331.501-9 - SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 084.907.508-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maceió, 107, apto. 81, CEP 01302-010, atuando como Diretor da Sociedade, com o título de "Diretor Geral"; e (ii) Sr. **MARCELO TADEU FONTINHA FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 19.840.562-5 SSP-SP, e inscrito no CPF/ME 100.865.308-01, residente e domiciliado na Alameda Juriti, 1253, Alphaville Residencial 10, Santana de Parnaíba, CEP 06540-020, atuando como Diretor da Sociedade, com o título de "Diretor Comercial". Os Diretores deverão gerir e administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas abaixo.

Parágrafo 2º - Os Diretores terão mandato por prazo indeterminado, e poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Parágrafo 3º - Os Diretores não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, da sócia **VYAIR MEDICAL BR LLC.**, autorização esta que poderá ser comprovada através de simples carta, fax ou e-mail:

- (i) engajar a Sociedade em novos negócios que não estejam relacionados ao seu objeto social;
- (ii) onerar, adquirir ou alienar participações da Sociedade em negócios, sociedades ou qualquer outro empreendimento;
- (iii) comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra forma onerar ou alienar bens imóveis;
- (iv) prestar garantias em empréstimos ou em outras obrigações da Sociedade cujo valor exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou outras obrigações de quaisquer terceiros, independentemente do valor envolvido;
- (v) assinar cheques e quaisquer outros documentos financeiros da Sociedade cujo valor exceda R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto em relação a pagamentos e transferências eletrônicas que se refiram à folha de pagamento da Sociedade, pagamentos de impostos e exceto em relação a contratos de câmbio, ou entre contas bancárias da própria Sociedade, as quais podem ser operadas sem qualquer restrição, sujeitas às disposições do que é contido no Parágrafo 8º abaixo;
- (vi) licenciar o uso, ceder ou transferir, ou de qualquer outro modo divulgar propriedade intelectual ou industrial da Sociedade, incluindo, mas sem se limitar a tecnologia, patenteada ou não, dados técnicos, know-how ou outras informações confidenciais pertencentes à Sociedade, exceto quando necessário para o treinamento de distribuidores, para o desenvolvimento de tecnologia e know-how com universidades e licenças concedidas relacionadas com o uso dos produtos da Sociedade pelos clientes da Sociedade;
- (vii) confessar dívidas ou renunciar direitos em nome da Sociedade em valor que exceda R\$





100.000,00 (cem mil Reais);

(viii) constituir, cindir, fundar, incorporar, dissolver, liquidar ou transformar sociedades subsidiárias; e

(ix) votar em reunião de sócios e/ou em assembleias de acionistas de empresas subsidiárias.

Parágrafo 4º - Os Diretores e procurador(es) da Sociedade poderão, sem necessidade de prévia autorização por escrito da VYAIR MEDICAL BR LLC., praticar todos os atos necessários para a participação da Sociedade em licitações no desempenho do objeto social da Sociedade.

Parágrafo 5º - Observado o Parágrafo 3º acima, a Sociedade deverá ser considerada devidamente representada e vinculada perante terceiros mediante: (i) a assinatura individual de qualquer Diretor; ou (ii) a assinatura de um ou mais procuradores conforme exigido na respectiva procuração.

Parágrafo 6º - Os Diretores poderão, individual ou conjuntamente, constituir procuradores com poderes para a representação da Sociedade perante terceiros, especificando os poderes outorgados, sendo que os Diretores deverão obter autorização prévia por escrito da sócia VYAIR MEDICAL BR LLC. quando a outorga de procuração for para o exercício de poderes para os quais os Diretores precisem de prévia autorização da sócia para exercê-los, nos termos do Parágrafo 3º acima. Referida autorização poderá ser evidenciada por uma simples carta, fax ou e-mail. A outorga de procuração contendo poderes que não aqueles descritos no Parágrafo 3º acima poderá ser realizada sem a necessidade de prévia autorização da sócia VYAIR MEDICAL BR LLC..

Parágrafo 7º - As procurações não deverão vigorar por prazo superior a 12 (doze) meses, exceto no caso de procurações ad judícia, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo 8º - Os Diretores deverão preparar e arquivar as declarações de tributos da Sociedade para os respectivos períodos determinados na lei aplicável sob a supervisão e em conformidade com as determinações e instruções fornecidas pelas sócias da Sociedade."

- V. Finalmente, de mútuo e comum acordo, as sócias resolvem consolidar as disposições do Contrato Social, o qual, já refletindo as alterações acima deliberadas, bem como outras julgadas necessárias, passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"CONTRATO SOCIAL DA INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

DENOMINAÇÃO

Cláusula 1ª - A Sociedade é denominada INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objeto a indústria, comércio, importação, exportação, locação e manutenção de material e equipamento médico hospitalar, odontológico, veterinário e afins, treinamento em tais equipamentos, bem como o desenvolvimento e licenciamento de softwares para tais equipamentos, podendo, ainda, participar no capital de outras sociedades.

SEDE E DOMICÍLIO LEGAL

Cláusula 3ª - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, 980, Parque Industrial San Jose, CEP 06715-865. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, mediante decisão das sócias representando, ao menos, 3/4 (três quartos) do capital social.





PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 4ª - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPITAL

Cláusula 5ª - O capital social, totalmente subscrito e integralizado pelas sócias, é de R\$ 183.406.304,00 (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e quatro reais), dividido em 183.406.304 (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e quatro) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e está distribuído entre as sócias da seguinte forma:

VYAIR MEDICAL BR LLC. detentora de 183.406.302 (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e duas) quotas com valor nominal total de R\$ 183.406.302,00 (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e dois reais); e

VYAIR MEDICAL LLC. detentora de 02 (duas) quotas com valor nominal total de R\$ 2,00 (dois reais).

Parágrafo 1º - De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 2º - Cada quota confere o direito a um voto nas decisões das sócias.

AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

Cláusula 6ª - O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado pelas sócias conforme *quorum* previsto neste Contrato Social.

Cláusula 7ª - O aumento de capital deverá ser deliberado em reunião de sócias, em que: (a) serão definidos os termos e condições do aumento de capital; (b) será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada a reunião de sócias para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade das sócias se pronuncie, nesse momento, com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.

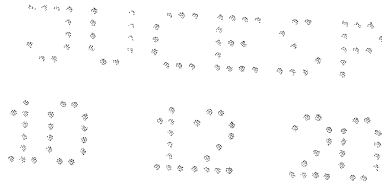
Parágrafo Único - As reuniões de sócias mencionadas nesta Cláusula serão dispensadas caso a totalidade das sócias assine a correspondente alteração do Contrato Social.

ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 8ª - A Sociedade será administrada por duas ou mais pessoas físicas, sócias ou não, residentes no Brasil, as quais usarão em conjunto o título de "Diretores". Os Diretores serão designados pelas sócias representando ao menos 3/4 (três quartos) do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas, e por unanimidade, se estiverem parcialmente integralizadas. Os Diretores estarão investidos de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias, sujeito ao disposto nos Parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º - A administração da Sociedade é composta pelos: (i) Sr. **CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA MISIARA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG 8.331.501-9 - SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 084.907.508-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maceió, 107, apto. 81, CEP 01302-010, atuando como Diretor da Sociedade, com o título de "Diretor Geral"; e (ii) Sr. **MARCELO TADEU FONTINHA FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 19.840.562-5 SSP-SP, e inscrito no CPF/ME 100.865.308-01, residente e domiciliado na Alameda Juriti, 1253, Alphaville Residencial 10, Santana de Parnaíba, CEP 06540-020, atuando como Diretor da Sociedade, com o título de "Diretor Comercial". Os Diretores deverão gerir e administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas





abaixo.

Parágrafo 2º - Os Diretores terão mandato por prazo indeterminado, e poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Parágrafo 3º - Os Diretores não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, da sócia **VYAIRE MEDICAL BR LLC.**, autorização esta que poderá ser comprovada através de simples carta, fax ou e-mail:

- (i) engajar a Sociedade em novos negócios que não estejam relacionados ao seu objeto social;
- (ii) onerar, adquirir ou alienar participações da Sociedade em negócios, sociedades ou qualquer outro empreendimento;
- (iii) comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra forma onerar ou alienar bens imóveis;
- (iv) prestar garantias em empréstimos ou em outras obrigações da Sociedade cujo valor exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou outras obrigações de quaisquer terceiros, independentemente do valor envolvido;
- (v) assinar cheques e quaisquer outros documentos financeiros da Sociedade cujo valor exceda R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto em relação a pagamentos e transferências eletrônicas que se refiram à folha de pagamento da Sociedade, pagamentos de impostos e exceto em relação a contratos de câmbio, ou entre contas bancárias da própria Sociedade, as quais podem ser operadas sem qualquer restrição, sujeitas às disposições do que é contido no Parágrafo 8º abaixo,;
- (vi) licenciar o uso, ceder ou transferir, ou de qualquer outro modo divulgar propriedade intelectual ou industrial da Sociedade, incluindo, mas sem se limitar a tecnologia, patenteada ou não, dados técnicos, know-how ou outras informações confidenciais pertencentes à Sociedade, exceto quando necessário para o treinamento de distribuidores, para o desenvolvimento de tecnologia e know-how com universidades e licenças concedidas relacionadas com o uso dos produtos da Sociedade pelos clientes da Sociedade;
- (vii) confessar dívidas ou renunciar direitos em nome da Sociedade em valor que exceda R\$ 100.000,00 (cem mil Reais);
- (viii) constituir, cindir, fusionar, incorporar, dissolver, liquidar ou transformar sociedades subsidiárias; e
- (ix) votar em reunião de sócios e/ou em assembleias de acionistas de empresas subsidiárias.

Parágrafo 4º - Os Diretores e procurador(es) da Sociedade poderão, sem necessidade de prévia autorização por escrito da **VYAIRE MEDICAL BR LLC.**, praticar todos os atos necessários para a participação da Sociedade em licitações no desempenho do objeto social da Sociedade.

Parágrafo 5º - Observado o Parágrafo 3º acima, a Sociedade deverá ser considerada devidamente representada e vinculada perante terceiros mediante: (i) a assinatura individual de qualquer Diretor; ou (ii) a assinatura de um ou mais procuradores conforme exigido na respectiva procuração.

Parágrafo 6º - Os Diretores poderão, individualmente, constituir procuradores com poderes para a representação da Sociedade perante terceiros, especificando os poderes outorgados, sendo que os Diretores deverão obter autorização prévia por escrito da sócia **VYAIRE MEDICAL BR LLC.** quando a outorga de procuração for para o exercício de poderes para os quais os Diretores precisem de prévia autorização da sócia para exercê-los, nos termos do Parágrafo 3º acima. Referida autorização poderá ser evidenciada por uma simples carta, fax ou e-mail. A outorga de procuração contendo poderes que não aqueles descritos no Parágrafo 3º acima poderá ser realizada sem a necessidade de prévia autorização da sócia **VYAIRE MEDICAL BR LLC.**

Parágrafo 7º - As procurações não deverão vigorar por prazo superior a 12 (doze) meses, exceto no caso de procurações ad judícia, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo 8º - Os Diretores deverão preparar e arquivar as declarações de tributos da Sociedade para os respectivos períodos determinados na lei aplicável sob a supervisão e em conformidade com as





determinações e instruções fornecidas pelas sócias da Sociedade.

REUNIÃO DE SÓCIAS

Cláusula 9ª - As deliberações das sócias serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e *quorum* dispostas neste capítulo.

Parágrafo 1º - A reunião será dispensada quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

Parágrafo 2º - De acordo com a legislação em vigor, a transcrição de ata de reunião de sócias em livro próprio é dispensada. As atas de reuniões de sócias e as resoluções de sócias poderão ser registradas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da sua assinatura perante a competente Junta Comercial, quando as sócias julgarem conveniente e/ou necessário.

Cláusula 10 - Sem prejuízo do disposto no presente Contrato Social e na legislação aplicável, as seguintes matérias dependem da deliberação das sócias:

- I. a aprovação das demonstrações financeiras anuais e relatório da administração da Sociedade;
- II. a alteração do Contrato Social;
- III. a incorporação, cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- IV. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- V. a recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de falência.

Cláusula 11 - As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por qualquer Diretor ou por sócias representando no mínimo 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo 1º - A convocação para a reunião de sócias será feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias por carta registrada ou por e-mail no endereço informado pelas sócias à Sociedade ou nas formas previstas em lei.

Parágrafo 2º - As formalidades de convocação serão dispensadas quando todas as sócias comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião.

Cláusula 12 - A reunião será instalada com a presença de sócias representando ao menos 3/4 (três quartos) do capital social, em primeira convocação, e maioria absoluta, nas demais convocações.

Parágrafo Único - As reuniões poderão ser presididas e secretariadas pelas sócias, seus representantes legais ou por pessoas escolhidas pelas sócias presentes na reunião que representem a maioria do capital social.

Cláusula 13 - As deliberações das sócias serão tomadas por votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

Parágrafo Único - As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todas as sócias, ainda que ausentes ou dissidentes.

CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 14 - As sócias poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a sócia ou terceiro estranho à Sociedade, desde que não haja oposição de sócias representando mais de 1/4 (um quarto) do capital social. As sócias que concordarem com a cessão e/ou transferência deverão assinar todos os documentos necessários à comprovação da cessão e/ou transferência das quotas, inclusive a alteração do presente Contrato Social.

[Assinatura]



Cláusula 15 - Não obstante o disposto na Cláusula anterior, as quotas representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas a outras sócias, que terão o direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso por escrito da sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, a sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas a outras sócias.

EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula 16 - Os exercícios social e fiscal terão início em 1º de janeiro e encerrar-se-ão em 31 de dezembro de cada ano, data a partir da qual os Diretores da Sociedade deverão levantar o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e os demais documentos exigidos por lei a serem submetidos para revisão e aprovação pelas sócias representando a maioria do capital social da Sociedade, conforme disposto na Cláusula 10.

Parágrafo 1º - Os lucros apurados com base em balanço patrimonial de encerramento do exercício social terão a destinação que for determinada pelas sócias representando a maioria do capital social.

Parágrafo 2º - Os Diretores da Sociedade poderão levantar balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros intermediários ou intercalares e/ou declarar e pagar juros sobre capital próprio com base neles, mediante decisão das sócias representando a maioria do capital social.

Parágrafo 3º - Nos termos do Artigo 1.007 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, os lucros poderão ser distribuídos e pagos desproporcionalmente à participação das sócias no capital social da Sociedade, mediante decisão de sócias representando a maioria do capital social.

CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 17 - Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, insolvência, liquidação, retirada ou exclusão de qualquer sócia, as demais sócias terão o direito de preferência na aquisição das quotas da sócia falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida, insolvente, liquidada, retirante ou excluída, podendo a Sociedade continuar seus negócios, sendo que o direito de preferência será exercido nos termos e nas condições previstas neste Contrato Social.

LIQUIDAÇÃO

Cláusula 18 - No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único - Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.

LEI APLICÁVEL

Cláusula 19 - A Sociedade será regida pelas disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.

FORO

Cláusula 20 - Qualquer disputa relacionada a este Contrato Social será dirimida perante o foro da Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja."

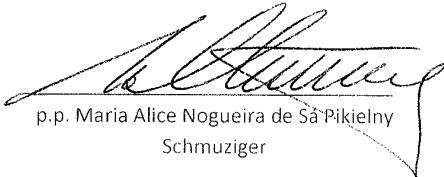
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias para um só teor e efeito.

Cotia, 03 de novembro de 2020.

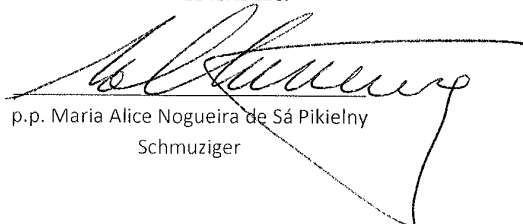


(Página de assinaturas da alteração do contrato social de INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO
HOSPITALAR LTDA., datada de 03 de novembro de 2020)

VYAIRE MEDICAL BR LLC.


p.p. Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny
Schmuziger

VYAIRE MEDICAL LLC.


p.p. Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny
Schmuziger



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INTERMED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INTERMED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **29/12/2020 08:48:50 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **INTERMED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 119772912202374999186-1 a 119772912202374999186-8

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcfc58f90565de27a7eab3b1a56cc0b32660b4feeca91766dfc1d36052cab06310adb7d5be1f7f2e3fc872e20a0fdc073f63
255531ca8062c18bdf1a16da0e5a



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

